

## **BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS: “B P C – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA” A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL**

PAULO, Ricardo Willians Gabriel Santos<sup>1</sup> CARRERO, Fabíola Cristina<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho de pesquisa foi realizado com base em Revisão Literária, com tema central que trata de questões referentes ao pagamento de benefícios da Seguridade Social, com ênfase no Benefício de Prestação Continuada, bem como os vínculos associados à Assistência Social. Expõe-se tópicos sobre as distinções entre segurados da Previdência Social e os que dependem do apoio da Assistência Social para suprir suas necessidades, além de aspectos gerais sobre o Benefício de Prestação Continuada, bem como suas postulações, nas vias administrativas e Judiciárias, jurisprudências dos Tribunais nacionais, com divergências em relação à Lei. Como metodologia foi eleita a pesquisa por Revisão Literária, por meio de bancos de dados de artigos científicos, legislação e doutrinas.

**Palavras Chaves:** Assistência Social, Benefício de Prestação Continuada, Jurisprudências.

**Abstract:** The present research work was based on Literary Review, with a central theme that deals with issues related to the payment of Social Security benefits, with emphasis on the Continuous Benefit, as well as the bonds associated with Social Assistance. Topics are presented on the distinctions between Social Security policyholders and those who depend on the support of Social Assistance to meet their needs, as well as general aspects about the Continuous Benefit Benefit, as well as their postulations, in the administrative and judicial channels, case law of the National courts differing from the law. As a methodology, the search for Literary Review was chosen through databases of scientific articles, legislation and doctrines.

**Keywords:** Social Assistance, Continuous Benefit, Case Law.

### **Introdução:**

Realiza-se pesquisa sobre direitos sociais expressos na Constituição Federal de 1988. A assistência social é direito social afirmado constitucionalmente, que possuem o

---

<sup>1</sup> Faculdade de Apucarana - FAP. Acadêmica do curso de Direito, turma 2019. E-mail: ricardosantospaulo@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Direito pela Unopar, Campus Araçongas, Especialista em Direito Empresarial pela UEL, Mestre em Direito pela Unicesumar, Advogada e Professora na FAP- Faculdade de Apucarana, Unifatecie e Instituto Rhema.

intuito de colaborar com a melhoria das condições de vida e cidadania de determinados cidadãos que preencham os pré-requisitos, possibilitando o recebimento de amparo através do benefício assistencial.

O Benefício de Prestação Continuada possui caráter assistencial e é regulado pela Lei n. 8.742-93, denominado LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e do decreto 1.744, de oito de dezembro de 1995, sendo parte do regulamento do BPC. Após o Decreto 6.214 de 2007, houve uma nova regulamentação a este benefício.

Justifica-se a escolha do tema por sua ampla abordagem legal, demonstrando que a assistência social, que resulta no cumprimento de benefícios sociais de prestação continuada pelo Estado, serve como auxílio e amparo financeiro para os que vivem em situação de muita dificuldade.

### **Objetivos:**

Demonstrar a história da evolução da seguridade no Brasil e a assistência social do Estado.

Apresentar os fundamentos dos benefícios de prestação continuada, seus critérios e bases de cálculo.

Expor as competências e as divergências entre os poderes, em razão do lugar ou da competência delegada.

### **Método:**

Este trabalho foi desenvolvido com base de pesquisa bibliográfica, a partir de livros relacionados ao tema, jurisprudência, legislação, artigo de sites de internet, que sejam necessários para fundamentar o entendimento central da pesquisa, que é ter conhecimento sobre a assistência social perante essas pessoas com deficiência e o seu direito de inclusão em sociedade.

### **Resultado:**

Neste sentido, obtém-se como resultado parcial deste estudo que a assistência social é considerado um benefício necessário para as pessoas mais necessitadas de atenção, tanto os idosos como principalmente a pessoa com deficiência, e que a inclusão

do deficiente na sociedade ainda deve adquirir maiores avanços, sendo assim jamais limitar o espaço, capacidade e evolução da pessoa com deficiência, e além de tudo fazer valer cada dia mais os seus direitos e garantias em sociedade.

### **Considerações finais:**

Nota-se que o Benefício de Prestação Continuada, possui o intuito de oferecer uma segurança financeira aos necessitados e idosos com mais de 65 anos, que não possuam maneiras de se manter em suas necessidades básicas ou em situações de risco social.

Nota-se a ampla abordagem legal, demonstrando que a assistência social, que resulta no cumprimento de benefícios sociais de prestação continuada pelo Estado, serve como auxílio e amparo financeiro para os que vivem em situação de muita dificuldade.

Sendo assim, a Assistência Social surge como uma garantia dos direitos às pessoas com necessidades financeiras, sem condições de efetuar uma contribuição para a previdência social, e precisando de amparo do Estado para na velhice ou deficiência, supra seu sustento.

### **Referências:**

MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna; LEITÃO, André Studart. **Prática Previdenciária: a Defesa do INSS em Juízo**. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008

ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PENALVA, Janaína; DINIZ, Debora; MARCELO MEDEIROS. O Benefício de Prestação Continuada no Supremo Tribunal Federal. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 1, p.53-70, jan. 2010.